

O avanço destrutivo do capital no governo Bolsonaro e os desafios da luta ecocomunista

Henrique Tahan Novaes*

Assistimos aterrorizados os crimes socioambientais que se multiplicam no Brasil nos governos Temer-Bolsonaro. Num plano mais amplo, para recordar apenas alguns fatos das últimas décadas: assassinato de Chico Mendes e Doroty Stang, massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, assassinatos de líderes das Ligas Camponesas do PCB e do Nordeste, escalada de assassinatos de indígenas, quilombolas, sem terra e posseiros, crimes das mineradoras em Bento Gonçalves e Brumadinho, derramamento de óleo no Nordeste, incêndios planejados na Amazônia.

O capital, com suas técnicas de manipulação da mente, nos faz lembrar a última fofoca de uma pessoa famosa, e esquecer rapidamente o sentido geral desses crimes humanitários e ambientais. Também nos leva a crer que o colapso socioambiental deve ser resolvido dentro dos marcos da sociedade do capital, “pelos hábitos de consumo dos indivíduos”, sem questionar o enorme poder das corporações transnacionais e do Estado na destruição das condições de existência na terra.

Já temos evidências fortes que houve um golpe no Brasil em 2016. Também existem evidências fortes que houve a prisão política de Lula. E pasmem, a convocação de eleições “democráticas” em 2018, sendo que o adversário principal e possível vencedor da eleição estava no cárcere. Ao que tudo indica, mais do que prender Lula, foi “preso” um projeto político do tipo “social-liberal”.

Nossas classes proprietárias aceitam tudo, menos a repetição de um projeto de reformismo ao estilo Lula. Querem liberdade total para o capital e o fim dos parques direitos sociais duramente conquistados. Não é por acaso que, aberta uma oportunidade histórica para o “impedimento” em 2016, veio então uma grande avalanche de reformas e destruições de direitos: Pec do fim do mundo, reforma trabalhista, reforma da previdência, mercantilização da educação e da saúde e uma possível desconstituição da constituinte acenada recentemente pelo presidente do Senado.

Este artigo aborda a questão socioambiental no Governo Bolsonaro, e mostra que há indícios fortes que o capital avança e vai avançar sua produção destrutiva num ritmo mais acelerado.

* Docente da FFC, UNESP, *campus* de Marília e do Programa de Pós Graduação em Educação desta faculdade. hetanov@gmail.com

O novo AI-5 já está aí

Nossa hipótese é que estamos diante de uma nova fase de uma longa contrarrevolução permanente (Fernandes, 1986, Lima Filho, 2019). A 1ª fase da contrarrevolução se deu de 1964 a 1985. Quando achávamos que iríamos redemocratizar o país, nos deram um olé. As diretas já viraram indiretas. A Rede Globo elege Collor em 1989. Não há nenhum acerto de contas com os militares e a contrarrevolução permanente ganha um novo impulso com Fernando Henrique Cardoso. Passamos da ditadura empresarial militar para a ditadura do capital financeiro. Lula declara a cana de açúcar como a “salvação da lavoura”, as empreiteiras passam a nadar de braçada, sem deixar de lado os bancos.

Retomando nosso retrospecto, a partir dos anos 1960 há uma grande reestruturação do campo. Os militares chamam esse avanço destrutivo do capital de “nova fronteira agrícola” e no caso da Amazônia, “Integrar para não entregar”. Octavio Ianni (2019) no livro *A ditadura do grande capital* nos mostra o avanço destrutivo do capital rumo a novas regiões e fronteiras. Mostra também o surgimento de novas corporações no sul e sudeste (abate de porco, frango e boi), além da instalação de grandes corporações transnacionais produtoras de agrotóxicos, adubos sintéticos, tratores e implementos agrícolas. Novas rodovias são criadas, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas tendo em vista a criação das condições de produção do grande capital. Ele mostra também a convivência de formas de trabalho “arcaicas” no campo (trabalho análogo ao escravo) e o surgimento de um novo proletariado “rural”.

Essa reestruturação do campo não foi nada “doce”: ela aconteceu à base de assassinatos de lideranças das Ligas Camponesas do PCB e das Ligas Camponesas do Nordeste, fechamento de sindicatos rurais, roubo de terras indígenas, tentativas de assassinatos, queima de roças, etc.

Os militares fizeram algumas políticas de colonização, mas não fizeram obviamente a reforma agrária. No período de “redemocratização”, chamado por Florestan de “institucionalização da ditadura”, nos governos Collor, FHC e Lula, surgiram algumas políticas de criação de assentamentos, em grande medida como pressão dos movimentos sociais do campo.

Chegamos então a Bolsonaro, o homem de Neandertal (Lima Filho, 2019). Nem o melhor cientista político previa em janeiro de 2018 que Bolsonaro iria ganhar. Na Argentina, um militar que elogia torturadores não poderia ser eleito representante de bairro, muito menos vereador, deputado ou senador. No Brasil, não só é eleito (repito,

numa eleição farsesca), mas se torna o grande representante do capital. Nas condições normais de temperatura e pressão, tudo caminhava para o representante sério, frio e ponderado do capital vencer a fajuta eleição de 2018. Do ponto de vista social e ambiental já na campanha Bolsonaro acenou para o agronegócio com uma agenda de endurecimento da repressão aos movimentos sociais do campo, liberdade total para avançar em novas áreas. Os índios não teriam um centímetro quadrado de terra e os quilombolas foram comparados a bois, pesados em arrobas. Ruralistas declararam na Agrishow de 2018 que “não sentiam firmeza” em Alckmin, que titubeava em algumas demandas do agronegócio e rapidamente migraram seu apoio ao homem de Neandertal.

Já é possível afirmar que os crimes socioambientais ganham uma nova intensidade e outro sentido no Governo Bolsonaro. Obviamente o lulismo não tem bons indicadores na questão socioambiental, mas isso já foi abordado por nós em outros momentos.

Vimos nas linhas acima que não é possível separar historicamente Temer de Bolsonaro, mas se demarcarmos historicamente 2019, o ano não começa nada bem. Mal Bolsonaro assume e já temos um crime de grandes proporções. Em janeiro de 2019 ocorreu o crime de Brumadinho. Mais de 220 Mortos, e mais uma vez um ecossistema completamente destruído. Se não bastasse o grande crime de Bento Gonçalves, alguns poucos anos depois temos o crime de Brumadinho. Logo em seguida um funcionário declarou que “*O estado de Minas Gerais inteiro deveria estar inteiro em estado de alerta*”.

Em novembro de 2018, a Câmara Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais votou pela reabertura da barragem de Brumadinho, que se encontrava desativada havia três anos. Poucos pareciam se lembrar da tragédia de Mariana, ocorrida em 05 de novembro de 2015. E, por 7x1, a Câmara liberou a barragem. Naquela ocasião, a única representante da “sociedade civil”, que votou contra, declarou seu voto: “Isso beira à insanidade”. Para nós, era a própria insanidade. Em Minas, no Mineirão, com os mesmos 7x1, a Alemanha eliminou o Brasil da Copa do Mundo de futebol masculino de 2014. Foi traumático, mas passou. Aquele placar de 7x1 que liberou a barragem anuncia outra tragédia, trouxe consequências nefastas para o povo e para os ecossistemas (Novaes, 2018).

Queimadas planejadas na Amazônia, ausência de uma política efetiva para conter o derramamento de petróleo Nordeste e liberdade total para grileiros matarem e roubarem as terras dos povos da floresta, eis a política ambiental e agrária do

bolsonarismo. Seu ministro do Meio Ambiente é a famosa “raposa que cuida do galinheiro”. Para quem não sabe, Ricardo Sales era o Secretário da Sociedade Rural Brasileira (SRB), uma das instituições da “sociedade civil” mais importante do século XX. A agenda política e ambiental da SRB certamente está muito longe da proteção ou utilização adequada dos recursos naturais.

Nesse sentido, procurarmos observar em Novaes, Macedo e Castro (2019) que o Brasil é um dos maiores palcos da nova fase da acumulação “primitiva”, baseada no cercamento de novas terras em regiões “virgens” do capital.

De acordo com o último censo agropecuário do IBGE (2019), o Brasil passou por mais um processo de concentração fundiária nos últimos 10 anos. Além disso, acumulou mais de um milhão de desempregados no campo e a venda de um milhão de tratores. Problemas crônicos do Brasil como o acesso à terra pelos camponeses, fome, subnutrição, exportação de *commodities* vão se perpetuando com dramaticidade cada vez maior (Ziegler, 2013; Castro, 1980).

Diante disso, é possível dizer que há um processo de fascistização no Brasil? No campo certamente sim. Acreditamos que o neofascismo no século XXI não irá reproduzir os traços gerais do fascismo e do nazismo europeus. Ele reproduz algumas tendências e inova em outras. Se cem anos atrás Mussolini e Hitler representavam a forma específica de reprodução das burguesias nacionais, em disputas ferozes pelo comando do mundo, aqui no Brasil nunca teve e nunca haverá uma burguesia nacional. Teremos uma espécie de neofascismo de capitalismo dependente, subordinado, mas que necessita reprimir com todas as suas forças qualquer tentativa, mínima que seja, de ameaça à ordem do capital financeiro. Muito longe de uma “ameaça comunista”, mais uma vez evocada como em outros momentos históricos, na verdade as classes proprietárias tem medo de um capitalismo com direitos sociais, com reforma agrária e urbana, com salários dignos, habitação, transporte, educação e saúde de qualidade, isso sim é uma ameaça à ordem e ao progresso da acumulação. Isso é intolerável. As massas devem habitar nos porões e jamais ter acesso a chave das verdadeiras decisões do que produzir, como produzir, como trabalhar, em geral já tomadas pelo capital.

Eliane Brum (2019b) escreveu um importante texto no dia 27/11/2019 no jornal *El Pais*. Ela observa que o AI-5 já está em voga, só não vê quem não quer. Para ela, no artigo “O AI-5 já se instala na Amazônia (e nas periferias urbanas)”:

Desde o início de novembro há sinais de que o projeto autoritário está aumentando de velocidade e de intensidade. O mês abriu com a morte de um dos guardiões da floresta, Paulo Paulino Guajajara. E está terminando com criminalização de uma das organizações mais respeitadas, premiadas e amadas da Amazônia, o Saúde e Alegria, que atua na bacia do Tapajós há décadas. Na terça-feira, 26 de novembro, a ONG teve seus documentos e computadores apreendidos pela polícia civil, em Santarém. No mesmo dia, quatro brigadistas voluntários da Brigada de Alter do Chão, criada para combater os focos de incêndio na floresta em parceria com o Corpo de Bombeiros, foram presos pela suspeita de que teriam ateadado o fogo que queimou uma área equivalente a 1.600 campos de futebol em setembro, na região de Santarém. Ser preso, mesmo que a prisão se mostre abusiva, já cumpre o objetivo de quem quer desmoralizar os agentes que combatem a destruição da floresta. O estrago já está feito, especialmente sobre uma população assustada e desinformada.

Em Washington, Guedes evoca o AI-5, autoridades e sociedade reagem, redes sociais se enfogueiram. É preciso avisar que, na linha de frente, o AI-5 já está e os mais frágeis estão resistindo quase sozinhos. E perdendo. O principal projeto do bolsonarismo é a abertura da Amazônia. A disputa desigual está sendo travada na floresta e nas cidades que beiram a floresta. Quem vive e atua na Amazônia já entendeu que pode ser preso sem motivo porque o Estado é arbitrário e as provas são forjadas. É isso o que os acontecimentos em Santarém estão mostrando. AS ONGs são alvo porque, em um país precário como o Brasil, onde o Governo decidiu não cumprir a lei e as instituições fraquejam, são elas que estão fazendo uma barreira contra a destruição da floresta e dos corpos dos povos da floresta. Ambientalistas brancos começaram a ser presos. Os mortos continuam tendo o mesmo rosto: negros e indígenas.

Enquanto tenta mudar a Constituição para abrir as áreas protegidas da floresta amazônica, o bolsonarismo executa o projeto na prática ao desproteger as áreas protegidas, enfraquecendo os órgãos de fiscalização e fortalecendo os destruidores da floresta. Na Amazônia basta deixar de fazer o pouco que se fazia e avisar aos amigos que podem ficar à vontade porque não responderão pelos seus atos. É o que faz o bolsonarismo enquanto a PM de alguns estados está sendo preparada para virar uma milícia que toma suas próprias decisões.

O resultado é tanto a explosão do desmatamento, que aumentou 30% entre agosto de 2018 e julho de 2019, quanto a ameaça e/ou assassinato dos pequenos agricultores familiares e defensores da floresta: indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Quem vive na Amazônia percebe claramente que a ofensiva aumentou desde novembro. As ONGs estão entre os principais alvos a serem eliminados. Em várias regiões do Pará, quem está clamando pela “CPI das ONGs” são justamente notórios grileiros e madeireiros e seus representantes. Enrolam-se em bandeiras do Brasil e evocam o nacionalismo, mas o que querem é fincar um papel com o seu nome — ou no nome de um de seus laranjas — num pedaço da floresta amazônica roubada da União ou dos estados (Brum, 2019b)¹.

Em outro artigo, Eliane Brum (2019a) destaca também o grande crime ambiental chamado Belo Monte. Novamente se repete aquilo que o Movimento dos Atingidos por Barragens já denunciou em outros casos: “águas para a morte, e não para a vida”.

A eliminação de membros de ONGs, indígenas, quilombolas, posseiros provavelmente vai crescer na medida em que o porte de armas criar um ambiente tranquilo para “proteger a propriedade”. Os excelentes relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos mostram a escalada de assassinatos, inclusive no lulismo. À medida que o capital avança para a novíssima fronteira agrícola: regiões do Pará, Maranhão, Tocantins e oeste da Bahia, as taxas de assassinato e tentativas de assassinato de lideranças aumentaram.

Devemos destacar também a militarização do INCRA, condenada pelos movimentos sociais do campo com o lema “Incrá não é quartel” [em outubro de 2019 o presidente do Incra deixou de ser um militar].

Nesta esteira da barbárie no campo é preciso destacar também as tentativas de eliminação e desqualificação de adversários nas instituições públicas: ataques à ciência e aos cientistas, filtro ideológico de pesquisas que abordam positivamente questões de gênero, movimentos sociais, que estudam criticamente o papel dos militares e que abordam temas considerados polêmicos para a garantia da “segurança nacional”.

Perseguição a movimentos sociais do campo, vigilância tecnológica de lideranças e grande produção de contrainformação/desinformação para o povão também fazem parte da estratégia neofascista.

¹ Ver também a parte sobre o Brasil no excelente livro de Luiz Marques (2015) *Capitalismo e colapso ambiental* e o artigo de Marques (2019) “Bolsonaro, o ecocida”.

O clima de ódio a todos que lutam por direitos negados pelo capital culminou na morte do senhor Luís Ferreira da Costa numa passeata pacífica no Assentamento Marielle Vive, em Valinhos-SP. Na ocasião, os manifestantes lutavam pelo direito a água na ocupação.

É preciso lembrar também que Temer, logo quando assume, destrói imediatamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma política de compras públicas que vinha tendo um impacto positivo significativo para os camponeses. No governo Bolsonaro o estrangulamento da política se mantém.

Nessa esteira, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Conselho de Segurança Alimentar e outros órgãos do Estado são fechados, diminuindo o poder das entidades dos trabalhadores em tentar influir, ainda que minimamente, na política de agrária e de produção de alimentos.

Como bom estrategista das classes proprietárias, Temer praticamente destrói o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), conquistado a duras penas pelos movimentos sociais do campo ainda no governo FHC. O Pronera, como já se sabe, contribui para a erradicação do analfabetismo no campo, criou cursos técnicos de agroecologia, cursos superiores de pedagogia, história, geografia, veterinária, agronomia, especializações e até mestrados (Novaes et. al., 2017). Essa ação, combinada com outras que destroem nosso frágil sistema educacional estatal, sinaliza mais uma vez que às classes proprietárias brasileiras só interessa: a) a manutenção do povão na mais absoluta ignorância, com a multiplicação do analfabetismo e do analfabetismo funcional; b) a mercantilização completa da educação e c) algumas poucas políticas de qualificação para as raras regiões onde há indústrias ou alguma demanda de formação de força de trabalho. O inventário do avanço destrutivo neste 1º ano de Bolsonarismo poderia ser estendido, mas ficamos por aqui.

Desafios do ecocomunismo

A barbárie promovida pelo capital financeiro tem trazido consequências nefastas para a classe trabalhadora no mundo inteiro. Saqueamento dos fundos públicos, expropriação de casas como na crise de 2008, destruição parcial ou completa do Estado de Bem-estar social na Europa e dos poucos direitos constitucionais no “Estado de mal estar social” na América Latina. Aumento do custo de vida da classe trabalhadora, fim da aposentadoria digna, destruição dos sistemas educacionais e de saúde públicos, enfim, a destruição das condições de reprodução social sob o capitalismo.

A voracidade do capital mundializado, com seu “senado virtual” que decide a alocação dos capitais, não respeita decisões populares, passa por cima dos parlamentos e promove golpes em todos os cantos do mundo. Para citar apenas o caso da América Latina, vimos nos últimos anos prisões políticas de presidentes, impedimentos irregulares e mais recentemente massacres nas rebeliões populares o Equador, Chile, Bolívia, Honduras e Haiti, mostrando toda a crueldade das classes proprietárias.

O capital fictício além de cobrar dos parlamentos a liberdade total para a sua reprodução, destruindo direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora, também promove uma ampla manipulação ideológica e o estímulo a processos de fascistização, através das técnicas de guerra híbrida e terrorismo tecnológico.

A produção destrutiva das grandes corporações transnacionais (bancos, seguradoras, mineradoras, empreiteiras, automobilísticas, complexo militar, etc), alicerçada na reprodução ampliada do capital e na obsolescência programada das mercadorias, gera crimes socioambientais de grande envergadura, como vimos acima, criam cidades insuportáveis, roubam terras e outros recursos estratégicos à nova geopolítica mundial. Além disso, o imperialismo gera guerras de média e baixa intensidade que matam em escala inédita e sem nenhum pudor.

No mundo do trabalho, base de toda produção de valor, combinam-se formas tayloristas-fordistas com as formas do regime de acumulação flexível e, mais recentemente, uberização e outras formas de trabalho análogas à escravidão. Diante disso, superexploração do trabalho, subemprego e desemprego em massa passam a fazer parte da dramática realidade das nações.

Mas a classe trabalhadora não está assistindo de camarote a ofensiva do capital. Uma bandeira, dentre as milhares delas presentes nas manifestantes no Chile, dizia: “Aqui nasceu o neoliberalismo e aqui ele será enterrado”. Se essas bandeiras avançarem para ações anticapital mais amplas, que contestam o modo de produção, ainda não é possível saber, em que pese estar inserida em forte processo de reação contra o neoliberalismo.

Mészáros (2002) acredita que devemos caminhar não só para além do modelo neoliberal, mas para além do capital. É urgente a construção de um programa de transição no século XXI e a criação de ações práticas coordenadas que apontem para uma “alternativa radical e abrangente” ao sociometabolismo do capital (Mészáros, 2002).

Michel Löwy (2019) tem defendido o uso dos termos ecossocialismo ou o ecocomunismo. Num nível menor de abstração, a bandeira da agroecologia deve ser levantada com urgência. A agroecologia defendida por nós se distancia radicalmente das ações do capital e seu “mercado verde”, inclusive impulsionado pelas grandes corporações transnacionais. Se distancia do ecocapitalismo, que tende a ignorar a questão agrária e a estimular ações no campo da “responsabilidade social empresarial”. Se distancia do cooperativismo do capital, que se move em função da reprodução ampliada do capital (Novaes, Mazin e Santos, 2019).

Acreditamos que é necessária uma crítica implacável à posse e uso da terra no Brasil, gravadas a ferro e fogo pelo latifúndio e pela superexploração do trabalho, além da produção de commodities para o mercado externo. Este circuito de produção de mercadorias gera fome e subnutrição num país rico em terras e sol. Os quatro séculos de latifúndio não comandam apenas a inserção econômica dependente e associada da nossa burguesia, mas o comando político do nosso subsistema econômico ao sistema capitalista mundializado (Ianni, 2019).

Novaes, Pires e Santos (2019) criticam a industrialização da agricultura, que além de criar um vasto negócio para o capital financeiro, coloca o Estado a serviço da criação das condições gerais de produção e reprodução do agronegócio, cria um grande mercado de agrotóxicos, adubos sintéticos, tratores, implementos agrícolas e sementes transgênicas. Além disso, subordina os camponeses, que são tragados pelo canto da sereia da “revolução verde”, e acabam endividados, trabalhando para o banco.

Demos aos capitalistas a chance de alimentar o povo por 500 anos. Ao que tudo indica, como nos mostra Marx, o alimento produzido é veículo de alimentação do capital, para engordar o capital financeiro. Chegou a nossa vez, chegou a hora da classe trabalhadora tomar as rédeas da produção, comercialização e consumo de alimentos tendo em vista a produção de valores de uso.

Nesse sentido, a alimentação da classe trabalhadora do mundo inteiro tornou-se um ato revolucionário. Para isso, será necessária a construção de uma revolução mundial, para além do capital, que unifique as lutas de todos os povos, e dentro dessa revolução, uma revolução alimentar, para produzir alimentos saudáveis e agroecológicos não só para as classes médias e algumas pequenas parcelas da classe trabalhadora como atualmente, mas para a classe trabalhadora de todos os cantos da terra.

No livro *Mundo do trabalho associado e embriões de educação para além do capital* (Novaes e outros, 2017) retratamos as lutas de resistência das trabalhadoras e trabalhadores camponeses, o prenúncio de formas alternativas de trabalho, educação e de vida, que poderão desembocar numa sociedade para além do capital. Surgidas das entranhas do sociometabolismo do capital, as novas formas de produção e de vida tem um enorme potencial emancipatório, que podem avançar, mas também podem rapidamente se esgotar, caso os trabalhadores do mundo inteiro não saiam da defensiva.

Frente ao avanço destrutivo do capital do Neandertal Bolsonaro, que destrói em massa populações e países, o lema “ecocomunismo ou barbárie” ganha cada vez mais centralidade.

Referências

- BRUM, Eliane. *Lula livre, sim, mas sem fraudar a história*. El país, 24/10/2019. 2019a.
- BRUM, Eliane. *O AI-5 já se instala na Amazônia (e nas periferias urbanas)*. El país, 27/11/2019. 2019b.
- CASTRO, Josué. *Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé; 1980
- FERNANDES, Florestan. *Nova República?* São Paulo: Zahar, 1986.
- IBGE. Censo agropecuário de 2018. Brasília: IBGE, 2019.
- IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- LIMA FILHO, Paulo Alves. *Pensando com Marx (I)*. Marília-São Paulo: Lutas anticapital-Aramarani, 2019.
- LIMA FILHO, Paulo Alves; NOVAES, Henrique Tahan; MACEDO, Rogério. (orgs.) *Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico*. Uberlândia: Navegando, 2017.
- LÖWY, Michael. “Mensagem ecológica ao camarada Marx”. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 11, 2018.
- MACEDO, Rogério Fernandes. “A destruição em massa: a tragédia da fome e da degradação dos hábitos alimentares”. In: NOVAES, H. T.; SANTOS, J.; PIRES, J. H. (Orgs.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*, vol. I. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.
- MARQUES, Luiz. *Bolsonaro, o ecocida*. 2019. Obtido em <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-marques/bolsonaro-o-ecocida>
- NOVAES, H. T. Produção destrutiva, colapso ambiental e potencialidades luta agroecológica. *Lutas sócias*, n.42, 2018.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- NOVAES, Henrique Tahan e outros. *Mundo do trabalho associado e embriões de educação para além do capital*. Marília: Lutas anticapital, 2017.
- NOVAES, Henrique Tahan.; MACEDO, R. F. CASTRO, F. A atualidade da “acumulação primitiva”: roubo e cercamento de terras nos séculos XX e XXI. In:

NOVAES, Henrique Tahan.; MACEDO, R. F. CASTRO, F. *Introdução à crítica da economia política*. Marília: Lutas anticapital, 2019, p. 371-395.

NOVAES, Henrique; MAZIN, Diogo; SANTOS, Lais (orgs.). *Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia*. Marília: Lutas anticapital, 2019. 3ª Edição.

PINASSI, Maria Orlanda; MAFORT, Kelli. Os agrotóxicos e a reprodução do capital na perspectiva feminista da Via Campesina. In: RODRIGUES, Fabiana; NOVAES, Henrique Tahan; BATISTA, Eraldo (orgs.) *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ZIEGLER, Jean. *Destruição em massa: geopolítica da fome*. São Paulo: Cortez, 2013.